

BOLETIM INFORMATIVO CAO.EDUCAÇÃO

04.2023



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO.....	4
NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS.....	6
NOTÍCIAS DO MPF.....	9
NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	11
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	12

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Shlessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Carin Luciane de Azevedo – Assistente Ministerial

Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

NOTÍCIAS DO MPMT



[MP é contra projeto que reduz membros do Conselho Estadual de Educação](#)



Ao participar de audiência pública na Assembleia Legislativa para debater Projeto de Lei Complementar (PLC) do Executivo que promove mudanças na composição e funcionamento do Conselho Estadual de Educação (CEE), o procurador de Justiça José Antônio Borges Pereira, titular da Procuradoria Especializada na Defesa da Cidadania e do Consumidor, afirmou que, caso seja aprovado pelo Poder Legislativo, o PLC deverá ter sua constitucionalidade questionada pelo Ministério Público de Mato Grosso.

[Corregedoria Nacional conhece experiências positivas do MPMT](#)

Seis boas práticas implementadas pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, a maioria contida no Planejamento Estratégico da instituição, foram apresentadas à Corregedoria Nacional do Ministério Público. Além do corregedor nacional, Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto, também assistiram à exposição os conselheiros Paulo Cezar dos Passos e o coordenador-geral da Corregedoria Nacional, Sílvio Roberto Oliveira de Amorim Junior. Conheça as iniciativas apresentadas à Corregedoria- Nacional clicando [aqui](#)



[MPMT encerra mês da mulher com palestra sobre violência doméstica](#)



A convite do Centro de Apoio Operacional (CAO) sobre Estudos de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Gênero Feminino do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT), a promotora de Justiça Elisamara Sigles Vodonós Portela ministrou palestra para aproximadamente 350 estudantes do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) – campus São Vicente. Com o tema “Espécies de violência doméstica e como nos reconhecer como vítimas e agressores”, a atividade encerra as ações do Mês da Mulher.

Lei que dificulta acesso de alunos a meia-entrada é questionada pelo MP

Em Sinop, município distante 500 km de Cuiabá, para conseguir a meia-entrada estudantes precisam cumprir requisitos que não estão previstos nas leis federal e estadual que tratam do tema, tornando o acesso ao benefício muito mais difícil. A ampliação das exigências estabelecidas na Lei Municipal levou o Ministério Público do Estado de Mato Grosso a ingressar com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a norma local.



MP participa de atividades alusivas ao Dia Mundial do Consumidor



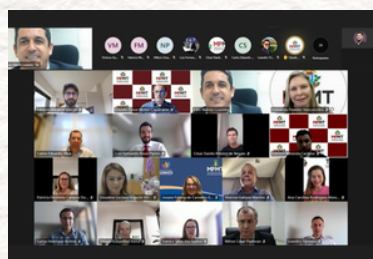
Qual o papel do Ministério Público Estadual na defesa do consumidor? Este foi o tema abordado pela coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Consumidor, promotora de Justiça Valnice Silva dos Santos, em evento alusivo ao Dia Mundial do Consumidor, realizado nesta quarta-feira (15), na Escola Estadual Juarez Rodrigues dos Anjos, localizada no Bairro Santa Laura, em Cuiabá.

Procurador de Justiça fala a estudantes de Gestão Pública do IFMT

O procurador de Justiça titular da Especializada na Defesa da Probidade e do Patrimônio Público, Edmilson da Costa Pereira, foi convidado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), campus de Várzea Grande, para uma aula especial aos discentes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. “A atuação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso na defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público” foi o tema da palestra proferida para cerca de 70 estudantes do 1º ao 6º semestre.



Coordenação-geral promove reunião com membros dos CAO's Temáticos



“Diálogos para governança” foi o tema de um encontro promovido pela Coordenação-geral do Centro de Apoio Operacional (CAO) com os 19 CAOs Temáticos e um Centro de Apoio Técnico à Execução Ambiental do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. O evento ocorreu de forma virtual e reuniu promotores de Justiça de todo o estado.

NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

[MPRJ obtém decisão para que Casimiro de Abreu crie o cargo de mediador na rede pública de ensino](#)



O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Macaé, obteve decisão na Justiça determinando que o Município de Casimiro de Abreu implemente, em até 40 dias, o cargo de "mediador" para o acompanhamento especializado aos alunos com deficiência nas escolas públicas. A decisão do Juízo da Vara de Casimiro de Abreu também atendeu ao pedido do MPRJ para que seja realizado novo concurso público para provimento das vagas correspondentes no ano de 2024, com a consequente substituição dos servidores contratados temporariamente para a função. [Acesse a decisão](#). [Veja aqui a ACP](#).

[MPPE celebra lançamento de cartilha de prevenção à violência doméstica e familiar na Semana Escolar de Combate à Violência Contra Mulher](#)

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Caruaru, participou do evento Semana Escolar de Combate à Violência Contra Mulher em conjunto com a Secretaria de Políticas para Mulheres - SPM e o Centro Universitário UniNassau. O evento celebrou o lançamento da Cartilha de prevenção à violência doméstica e familiar que será distribuída em toda a rede municipal de ensino, buscando conscientizar os alunos da educação básica acerca das formas de violência e dos meios para interromper os seus ciclos.

[MPGO lança cartilha para incentivar respeito às diferenças e enfrentamento ao bullying entre crianças.](#)



O Ministério Público de Goiás (MPGO), por meio da Área da Infância, Juventude e Educação do Centro de Apoio Operacional, realizou o lançamento da cartilha Brincar & Aprender: Só é Brincadeira se Não Faz Mal a Ninguém. O material apresentado está disponível para download [neste link](#).

[Novo projeto do MPTO visa a emissão de documentos de identificação para estudantes da rede pública](#)

O Ministério Público do Tocantins (MPTO) reuniu órgãos parceiros em Palmas, para articular a execução do projeto Minicidadeão, uma nova iniciativa que se destina a emitir documentos para crianças e adolescentes que ainda não possuem identificação. O objetivo principal é facilitar o reconhecimento de desaparecidos, além de simplificar o acesso a serviços públicos e garantir outras facilidades. Para assegurar um amplo alcance ao projeto, as equipes parceiras irão até as escolas da rede pública, onde emitirão gratuitamente a primeira via da Identidade e do CPF para os estudantes, após promoverem uma ação inicial de mobilização e conscientização.



[MPRS destina 25 celulares a estudantes da rede municipal de ensino de Gravataí](#)



O Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) em Gravataí entregou para a Escola Municipal de Ensino Fundamental Bom Jesus, 25 celulares apreendidos no contexto criminal e restaurados pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). A solenidade ocorreu na Promotoria de Justiça de Gravataí, e a ação faz parte do Projeto Alquimia II, que, nessa etapa, destina aparelhos a estudantes da rede pública de ensino para utilização em sala de aula.

[MPPE recomenda adequações para atendimento de alunos com TEA na rede municipal de ensino](#)

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), recomendou ao Poder Executivo de Condado, especificamente ao Prefeito e Secretários municipais de Saúde e de Educação, a adoção de medidas para garantir aos estudantes devidamente diagnosticados com transtorno do espectro autista (TEA), todos os direitos previstos na legislação pátria. Isso inclui, dentre outras providências, que sejam disponibilizadas vagas na rede regular de ensino municipal aos alunos, portadores de TEA, residentes no município de Condado, bem como que haja adaptação dos currículos escolares, de modo a permitir a inclusão escolar.



[Justiça atende MPPB e determina que Pitimbu publique informações sobre plano de educação](#)



A Justiça deferiu liminar pedida pelo Ministério Público da Paraíba e determinou que o Município de Pitimbu, no prazo de 30 dias, disponibilize informações relativas às metas e estratégias do Plano Municipal de Educação (PME), no Portal da Transparência municipal. A liminar foi pedida em ação civil pública ajuizada pela promotora de Justiça de Caaporã, Miriam Pereira Vasconcelos. Na liminar, a juíza da Comarca de Caaporã, Barbara Bortoluzzi Emmerich, assevera que “não pode o ente público negar ao cidadão, o direito ter acesso às informações sobre a gestão pública”. A magistrada estabeleceu que, em caso de descumprimento, será aplicada multa diária no valor de R\$ 500,00 limitada a R\$ 50.000,00, devendo esse valor ser recolhido ao fundo de direitos difusos.

[MPCE cobra esclarecimentos da Prefeitura de Ipueiras sobre possível falta de merenda escolar no município](#)

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por intermédio da Promotoria de Justiça de Ipueiras, abriu procedimento para apurar denúncias veiculadas na mídia local sobre falta de merenda escolar na rede pública de ensino do município de Ipueiras. Em razão disso, o MP, pelo promotor de Justiça Bruno de Albuquerque Barreto, oficiou à Secretária Municipal de Educação para, no prazo de 48 horas, prestar esclarecimentos sobre a situação.



[MPPR - Perguntas da semana tratam de violência no ambiente escolar](#)



O MPPR Responde apresenta questões relacionadas à violência no ambiente escolar, a propósito dos recentes casos de ataques de alunos contra professores e colegas em São Paulo e no Rio de Janeiro. As perguntas são respondidas pelo promotor de Justiça Rodrigo Baptista Brazilião, do Ministério Público do Paraná. Confira clicando [aqui](#).

NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



[MPF recomenda que poder público garanta ensino da língua materna em escolas indígenas de Paragominas \(PA\)](#)

O Ministério Público Federal (MPF) expediu recomendação a instituições públicas estaduais e do município de Paragominas (PA) para que adotem medidas que garantam a inclusão da disciplina língua materna e suas tradições na grade escolar de unidades educacionais que atendem as aldeias situadas no município. [Íntegra da recomendação](#).



[MPF pede que prefeito de Santana \(AP\) destine 30% do Programa Nacional de Alimentação Escolar à agricultura familiar](#)



O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública contra o município de Santana, no Amapá, e o prefeito da cidade, Sebastião Ferreira da Rocha, conhecido como Bala Rocha. O pedido, em caráter liminar, é para que o governo municipal seja obrigado a aplicar 30% dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), relativos aos anos de 2021 e 2022, para a compra de itens da agricultura familiar. Apuração do MPF demonstrou que o ente municipal deixou de destinar o percentual previsto em lei no período citado, prejudicando o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

[Membros do MPF e entidades civis apontam inconstitucionalidade em lei que estabelece preferência religiosa em escolas do Pará \(atualizada\)](#)

Membros do Ministério Público Federal (MPF) que atuam no Pará e representantes da frente Povos de Terreiro de Matriz Africana (Potmas), da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Brasileira dos Juristas pela Democracia (ABJD) e da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) se manifestaram contra uma lei que, para essas entidades, insinua aliança oficial entre o Estado do Pará e uma designação religiosa específica. [Íntegra da representação](#).



Ministério Público vai inspecionar escolas e ouvir comunidade sobre qualidade da educação no Bailique (AP)



O Distrito do Bailique, no município de Macapá (AP), recebe, entre 27 e 31 de março, o projeto Ministério Público pela Educação (MPEduc). A iniciativa é uma parceria do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério Público do Estado do Amapá (MP-AP) e busca proporcionar melhorias nas condições estruturais e de ensino da educação básica, por meio da atuação extrajudicial das instituições.

MPF recomenda que Secretaria de Educação do RN realize consulta ao povo indígena Mendonça sobre gestão de escola da comunidade

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou que a Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Norte (SEEC) realize, no prazo de 20 dias, consulta prévia ao povo indígena Mendonça, em João Câmara, sobre a gestão de unidade escolar em seu território. Na recomendação, o MPF indica que, se for do interesse da comunidade, o cargo de diretor da Escola Estadual Indígena Professor Francisco Silva do Nascimento, localizada no território dos Mendonça, deve ser ocupado por um indígena oriundo daquele grupo étnico. [Íntegra da Recomendação nº 03/2023](#).



MPF vai à Justiça para que Estado do Pará seja obrigado a contratar professores para estudantes indígenas



O Ministério Público Federal (MPF) entrou na Justiça com ação para que o Estado do Pará seja obrigado a contratar, com urgência, professores e outros servidores para escolas da Terra Indígena Alto Rio Guamá, no nordeste do estado. Desde outubro do ano passado, vários profissionais que atendem essas escolas tiveram seus contratos temporários encerrados e até agora não foram renovados, alerta o MPF à Justiça. [Íntegra da Ação Civil Pública 1001539-32.2023.4.01.3906](#).

NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ nas Escolas: tribunal abre diálogo com escolas e comunidade para o incentivo de práticas não violentas de educação

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) iniciou, no mês de março, o projeto estratégico e social STJ nas Escolas: Círculo de Apoio à Educação, de iniciativa da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS), realizado pela Comissão da Primeira Infância do tribunal, subgrupo do programa Humaniza STJ. As gestoras do projeto são as servidoras da corte Julianna Felizola e Éricka Gomide. O objetivo da iniciativa é incentivar práticas respeitosas e não violentas de educação a professores de escolas públicas e à comunidade. A Coordenadoria de TV e Rádio do STJ acompanhou os encontros da equipe do projeto com os professores e os pais de alunos do CEM 01 de São Sebastião. Confira a matéria [aqui](#).



STF - Mês da Mulher: poder público deve garantir matrículas para crianças em creches e pré-escolas



O Poder Público tem obrigação de garantir vagas em creches e pré-escolas para crianças com até cinco anos de idade. Esse entendimento foi firmado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro do ano passado, ao julgar o Recurso Extraordinário (RE) 1008166, com repercussão geral (Tema 548). Entre os fundamentos da decisão, foi destacado que esse direito social assegura a proteção constitucional não só da criança, mas também da mulher, permitindo seu ingresso ou retorno ao mercado de trabalho.

OUTRAS NOTÍCIAS

[UNICEF, Undime e Itaú Social lançam guia sobre papel das organizações da sociedade civil no enfrentamento da exclusão escolar](#)

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Itaú Social desenvolveram o guia “Papel das organizações da sociedade civil no enfrentamento da exclusão escolar” como forma de engajar diversos atores da comunidade e poder público para que atuem na superação dos índices de abandono e evasão escolares. Confira [aqui](#) o documento.



[CNJ define que 2023 é o ano da Justiça Restaurativa na Educação](#)

A presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Rosa Weber, declarou 2023 como o “Ano da Justiça Restaurativa na Educação” pela relevância do tema. O anúncio foi feito durante a abertura da 3ª Sessão Ordinária do CNJ pelo conselheiro Vieira de Melo Filho, a iniciativa tem a intenção de difundir os conceitos e a prática desse tipo de abordagem para o ambiente escolar, conforme preconizado pela Resolução CNJ n. 458/2022.

[CNMP lança quarta edição do compilado de ementas de decisões sobre conflitos de atribuições](#)



A Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência (CALJ) do Conselho Nacional do Ministério Público lançou a quarta edição do Ementário de Conflitos de Atribuições, que reúne 548 ementas de decisões proferidas pelo Plenário do CNMP sobre o assunto. O lançamento foi feito pelo presidente da CALJ, conselheiro Rodrigo Badaró, nesta terça-feira, 28 de março, durante a 4ª Sessão Ordinária de 2023. [Confira a íntegra do documento.](#)

Presidente do TJMT expande ferramentas de resolução de conflitos para escolas do interior

A presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembargadora Clarice Claudino da Silva, cumpre agenda nas comarcas de Campo Novo dos Parecis (396 km a noroeste de Cuiabá) e Tangará da Serra (a 239 km a médio-norte de Cuiabá). A expansão das ferramentas de resolução de conflitos, chegando às unidades de ensino é o principal assunto tratado nas comarcas do interior pela desembargadora Clarice Claudino, que é percursora da Justiça Restaurativa em Mato Grosso e presidente do Núcleo Gestor da Justiça Restaurativa (Nugjur).

TRF4 - Egresso de escola privada não pode ocupar vaga de cotista para estudante da rede pública

A Justiça Federal negou o pedido de liminar de um estudante que pretendia ingressar no Instituto Federal Catarinense (IFC) em vaga destinada a egressos de escola pública, ainda que tenha concluído o ensino fundamental integralmente em escola privada. O juiz Charles Jacob Giacomini, da 3ª Vara Federal de Itajaí (SC), entendeu que a exigência está prevista no edital do vestibular e não pode ser considerada abusiva, como alegado pelo estudante.



Criança com transtorno do espectro autista tem direito a transporte escolar especial gratuito, decide TJSP



A 10ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo determinou, em decisão unânime, que o Estado deve prover transporte escolar especial gratuito a uma criança com transtorno do espectro autista, em Campinas. Segundo os autos, o menor frequenta a Associação para o Desenvolvimento dos Autistas em Campinas (Adacamp) e requereu a disponibilização gratuita do sistema especial de transporte voltado para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida severa para deslocamento. [Apelação nº 1037235-98.2021.8.26.0114](#).

TJCE - Município de Quixadá não pode impedir alunos sem condições de comprar o fardamento de entrar nas escolas públicas

A Justiça estadual determinou que as escolas públicas do Município de Quixadá, Sertão Central, não podem impedir a entrada de estudantes que não estejam com o fardamento, em razão da impossibilidade de pagar pela vestimenta. Além disso, a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) decidiu que o Estado e a Prefeitura forneçam o uniforme aos alunos.

TJRN - Decisão permite a estudante do ensino fundamental participar de exames supletivos

Estudante do ensino fundamental da cidade de Várzea, na Região Agreste potiguar, conquistou, por via judicial, o direito de realizar os exames supletivos para conclusão do ensino fundamental. A decisão é da juíza Marina Melo, da Comarca de Santo Antônio, que determinou que o Subcoordenador de Educação de Jovens e Adultos (SUEJA/SEEC) autorize, imediatamente, a realização das provas, sob pena de incorrer em multa diária no valor de R\$ 10 mil, em caso de descumprimento.

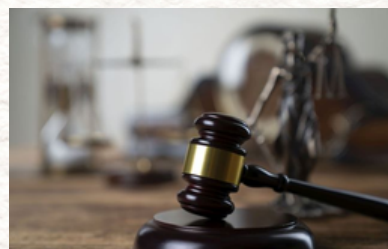
TJPB - Escola é condenada a pagar indenização por recusar matrícula de criança autista



Uma escola da rede privada do município de Campina Grande foi condenada ao pagamento da quantia de R\$ 5 mil, a título de danos morais, por não ter aceitado a matrícula de uma criança autista, sob o argumento de não haver mais vagas. O caso foi julgado pela Primeira Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba. A relatoria do processo nº 0005012-17.2013.8.15.0011 foi do desembargador José Ricardo Porto. Da decisão cabe recurso.

TJAC - Professora tem garantido direito de receber gratificação por atuar no ensino especial

Uma professora teve garantido direito de receber R\$ 19.164,62, por ter atuado durante cinco anos no ensino especial, produzindo material para alunos com deficiência. Na sentença do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Rio Branco é ressaltado que a servidora merece o pagamento pelo trabalho realizado. O caso começou quando a professora entrou com ação pedindo o pagamento por ter atuado com ensino especial, durante cinco anos, entre 2018 a 2022. Conforme os autos, ela é servidora efetiva lotada no Centro de Apoio ao Deficiente Visual e produz material didático para alunos com deficiência. Processo n.º 0704914-80.2022.8.01.0070.





MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br